



# Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 28/03/2022

Cbaqz  
Conceição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

MARDEM MENESER  
para relatar.

Em 28/03/22

Antonio Henrique de Carvalho Pires  
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do ESTADO

# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

## GABINETE DO DEPUTADO MARDEN MENEZES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

---

**INDICATIVO PROJETO DE LEI:** Nº 004/2022

**PROCESSO :** AL 27904/2022

**AUTOR:** DEPUTADO FRANZÉ SILVA

**RELATOR:** DEPUTADO MARDEN MENEZES

**ASSUNTO:** Dispõe sobre o Piso Salarial do Profissional da Contabilidade, no âmbito do Estado do Piauí.

#### **RELATÓRIO:**

O presente projeto de **indicação** expende sobre o Piso Salarial do Profissional da Contabilidade, no âmbito do Estado do Piauí

O autor da presente indicação, traz garantias aos trabalhadores de serviços de Contabilidade, Técnicos em Contabilidade e Contadores, que não tenham definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho.

A União por meio da Lei Complementar nº 103, de 14 de julho de 2000, delegou aos Estados a competência legislativa para instituir piso salarial para os empregados.

A legislação trabalhistas brasileira determina uma série de garantias à remuneração devida aos trabalhadores, onde o salário profissional é conhecido em nossa legislação como salário mínimo profissional fixado por Lei, sendo deferido a profissional cujo ofício seja também regulamentado por diploma legal.

Oportuna, assim a presente indicação para instituição do Piso Salarial do Profissional da Contabilidade.

É o relatório.

**PARECER:**

Quanto à constitucionalidade o mesmo atende os preceitos inscritos nos artigos 73 e 75 da Constituição Estadual, bem como os pré-requisitos insertos no artigo 96, I, "g" do Regimento Interno (indicação).

No que tange a parte regimental, o indicativo de projeto sob análise está inserido nos regradados do artigo 34, I, "a", (Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí).

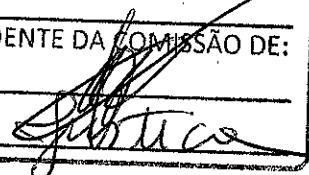
Assim, configurados os requisitos legais e regimentais exigidos por esta Casa, o Relator vota pela aprovação da indicação de projeto de lei ora submetido à apreciação desta douta Comissão Permanente de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões Técnicas da Assembléia Legislativa do Piauí, 03 de maio de 2022.

  
**Marden Menezes**  
Deputado Estadual/Progressistas

**PARECER DA COMISSÃO:**

Quanto à constitucionalidade o mesmo atende os preceitos inscritos nos artigos 73 e 75 da Constituição Estadual, bem como os pré-requisitos insertos no artigo 96, I, "g" do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí.

APROVADO À UNANIMIDADE  
EM, 24 / 05 / 2022  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:  


Márcia Mendes

